

## **Ensino de história e cultura popular numa nação imperial: o caso da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX<sup>1</sup>**

Thiago Romão de Alencar<sup>2</sup>

### **Resumo:**

O artigo busca discutir alguns elementos que indicam as mudanças por que passaram a historiografia e o ensino de história na Inglaterra do século XIX, vinculadas explicitamente à questão imperial e à ideologia advinda desta, como demonstrará a primeira parte deste artigo. Já a segunda parte dedica-se a apontar os reflexos da ideologia do imperialismo em dois entretenimentos profundamente populares e característicos do século XIX, o *music hall* e o melodrama, ressaltando a forma mutável que essa relação assume de acordo com a interação das classes sociais com o empreendimento imperial.

**Palavras-chave:** Inglaterra; imperialismo; ideologia; educação; cultura.

### ***History teaching and popular culture in an imperial nation: the case of Britain in the second half of the 19th century***

### **Abstract:**

The article seeks to discuss some elements that indicate the changes that the historiography and the teaching of history in 19th century England have undergone, changes explicitly linked to the imperial question and the ideology that emerges from it, as the first part of this article will demonstrate. The second part of it is devoted to pointing out the reflexes of the ideology of imperialism in two deeply popular and characteristic entertainments of the nineteenth century, the music hall, emphasizing the mutable form that this relation assumes according to the interaction of social classes with the imperial enterprise.

**Key words:** England, imperialism, ideology, education, culture.

A história do Império Britânico atravessou séculos e passou por inúmeras metamorfoses, culminando no maior império já visto pela humanidade. Uma empreitada que conjugou os esforços de reis, rainhas, primeiros-ministros, funcionários coloniais, soldados, comerciantes,

---

<sup>1</sup> Revisão ortográfico-gramatical de Murilo Pereira Leite.

<sup>2</sup> Doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* thiagobono@yahoo.com.br.

industriais, enfim, de toda a sociedade inglesa. Uma história inglesa que não leve em conta a questão imperial é incompleta. De fato, o império marcou a sociedade, a política, a economia e a cultura inglesas de maneira indelével. A coroação da rainha Vitória, ao mesmo tempo rainha da Inglaterra e imperatriz da Índia pela primeira vez, em 1838, sintetizou essa marca de maneira única: o império era a Inglaterra, e a Inglaterra era o Império.

Ao mesmo tempo, o século XIX, principalmente a partir de sua segunda metade, assistiu à ampliação sem precedentes do estado britânico, entendido aqui em termos gramscianos. A expansão do direito ao voto e da educação são apenas dois dos múltiplos vértices que caracterizam a geometria das relações de classe no centro do capitalismo nessa época. A hegemonia na sociedade se baseava, naquele momento, também em elementos de convencimento e coesão – não sem dispensar, é claro, o elemento coercitivo. Assim, para garantir o apoio de toda a sociedade inglesa aos empreendimentos imperialistas, a difusão de um nacionalismo militarista e expansionista era essencial nesse período histórico do capitalismo, tornando-se a ideologia orgânica apropriada a ele e refletindo-se, com tensões e contradições, em todas as esferas da vida social, inclusive na arte.

Este artigo busca discutir alguns elementos que indicam as mudanças por que passaram a historiografia e o ensino de história na Inglaterra desse período, vinculadas explicitamente à questão imperial, como demonstrará a primeira parte deste artigo. Já a segunda parte dedica-se a apontar brevemente os reflexos da ideologia do imperialismo numa arte notoriamente popular e característica do período, o *music hall*<sup>3</sup>, ressaltando a forma mutante que essa relação assume.

## 1 – Imperialismo, ideologia e educação

Começemos do começo. Uma história das ideias e da ideologia só faz sentido se dermos especial atenção à importância prática de tais ideias, sua relação com a realidade concreta, seu valor como *fato histórico*. Como ressaltou Gramsci,

é possível dizer que o valor histórico de uma filosofia pode ser “calculado” a partir da eficácia “prática” que ela conquistou (...). Se é verdade que toda filosofia é a expressão de uma sociedade, ela deveria reagir sobre a sociedade, determinar certos efeitos, positivos e negativos. A medida em que ela reage é justamente a medida de sua importância histórica, de não ser ela “elucubração” individual, mas “fato histórico” (1987, p. 34).

---

<sup>3</sup> Conhecido em sua vertente brasileira por “teatro de revista”.

No caso do período e do objeto por nós estudados, é notória a relação entre a expansão imperial e as próprias ideias que a movem. Em outras palavras, o próprio imperialismo possuía grande capacidade de aglutinação ideológica, principalmente no contexto em que as modificações nas relações entre os governantes e os governados fez com que o elemento do convencimento se estabelecesse mais firmemente, sem abandonar, é claro, a coerção. O valor de coesão do império é apontado por Hobsbawm, ao indagar:

o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as descontentes, a se identificarem ao estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse estado justificação e legitimidade. Numa era de política de massa, mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade, (...) o império era um excelente aglutinante ideológico. (...). É impossível negar que a ideia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando assim, a política do imperialismo (2009, pp. 105-6).

É a partir das ideologias que os cidadãos ingleses interpretam a realidade na qual estão inseridos e tomam consciência do mundo que os cerca. Seu surgimento se liga íntima e organicamente às necessidades da época. A ligação orgânica entre o nacionalismo imperial e a expansão capitalista e da democracia no século XIX não deve ser ignorada. Em trabalho mais recente, partindo do mesmo aporte teórico, Mészáros lembra que “as principais ideologias levam a marca muito importante da formação social cujas práticas produtivas dominantes (...) adotam como definitivo quadro de referência” (2012, p. 67). Ao mesmo tempo,

é necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. (GRAMSCI, 1987, pp. 62-3).

A ideologia do imperialismo e suas múltiplas facetas e manifestações “organizam” a sociedade inglesa, “explicam” essa sociedade aos seus próprios membros. No entanto, essa explicação e organização não é isenta, nunca foi e nunca poderá ser: numa sociedade cindida em classes, a forma de organização preferida é aquela que busca sempre mitigar e esconder os conflitos de classe próprios do capitalismo. Nesse sentido, os

nacionalismos são férteis em limpar o terreno social das ervas daninhas das contradições de classe, “exportando” os conflitos sociais. Com o advento do imperialismo, o choque das culturas proporcionado pela expansão imperial facilitou ainda mais esse processo.

Igualmente importante é o próprio processo de difusão dessas ideologias, de forma a soldar o tecido social e dar-lhe um sentido específico. Ao se indagar sobre a maneira pela qual novas concepções de mundo se difundem e se tornam populares, Gramsci apontou que

neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito frequentemente, de combinação entre o novo e o velho), influem (...) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (...) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apoia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (1987, p. 25).

Partiremos desse princípio para analisar a forma com que a ideologia imperial ganhou força entre diversos historiadores do século XIX na Inglaterra e se expandiu para o ensino primário e secundário ingleses, e como essa mudança ocasionou impactos na educação e na formação das gerações futuras, sedimentando-se.

### **1.1 – Propaganda e ensino**

Os estudos de John M. MacKenzie (1984; 1986), os quais abordam exclusivamente essa questão, apontam os esforços de diversas instâncias da sociedade civil em prol da difusão da ideologia imperial pela sociedade. O autor chega a afirmar que as propagandas produzidas diretamente pelo governo não eram tão difundidas, pois não seriam necessárias, visto o intenso esforço das associações e organizações não governamentais da sociedade civil. Para o historiador, essas associações, desde o início, apresentam e reconhecem para si um claro papel propagandístico, sendo propaganda entendida aqui como

a transmissão de ideias e valores de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, para outro, com a intenção específica de influenciar as atitudes dos destinatários de certa maneira que os interesses dos autores sejam favorecidos. Apesar de ser uma ação velada, buscando influenciar pensamentos, crenças e ações apenas de modo sugestivo e não impositivo, é consciente e deliberada (MACKENZIE, 1984, p. 3, tradução nossa)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No original: “the transmission of ideas and values from one person, or groups of persons, to another, with the specific intention of influencing the recipients’ attitudes in such a way that the interests of its authors will be enhanced. Although it may be veiled, seeking to influence thoughts, beliefs and actions by suggestion, it must be conscious and deliberate”.

Estamos num ponto em que há uma divisão tênue entre duas noções: de um lado, pode se ver essas deliberações e atitudes como simples “reforço e autodifusão do *ethos* do período, uma repetição constante das ideias e preocupações centrais de uma época” (1984, p. 3, tradução nossa)<sup>5</sup>, com uma circularidade não intencional, não comprometida e involuntária de determinadas ideias. Do outro, posição da qual nos aproximamos, como “manipulação consciente por parte daqueles que controlavam os poderosos aparelhos comerciais, militares e religiosos oficiais” (1984, p. 3, tradução nossa)<sup>6</sup>, que viam na difusão de certo ideário algo imprescindível para a ampliação da base social de apoio às práticas que os beneficiavam. A busca pela condução ideológica da sociedade é vital para os setores envolvidos diretamente no empreendimento imperialista.

Partindo desses pressupostos, podemos entender o surgimento, ao longo do último quarto do século XIX, de uma série de instituições e associações privadas com o intuito de estudar e divulgar os supostos avanços e as vantagens que o Império trazia para a sociedade inglesa, difundindo assim essa ideologia imperial. Num intenso trabalho propagandístico, a maioria dessas associações, como a *Primrose League* e a *Imperial Federation League*, tinha como parte central de seus objetivos a penetração cada vez maior no meio educacional inglês, fornecendo gratuitamente materiais para professores, promovendo palestras, exposições e produzindo diversos tipos de produtos que de alguma maneira atraíssem as crianças e jovens ingleses para a sua causa. MacKenzie não foca seu estudo apenas na disciplina de história, dando especial atenção para a geografia, muito popular na época entre os estudantes justamente por dar mais atenção aos fatos recentes, adquirindo, desse modo, um viés “político” ao abordar as atualidades. Já a história, voltada exclusivamente para o passado, era vista como supérflua. De início, a visão de mundo imperial ainda não era difundida nas escolas: prova disso é o fato de que a história do império e das colônias não fazia parte dos currículos escolares. Muitos analistas da época argumentavam que a inclusão da história do império nos currículos tornaria a disciplina em questão muito mais atraente e popular entre os estudantes, visto que possuía claro apelo heroico se fosse abordada a partir de determinados pontos de vista, que enfatizassem os feitos militares, por exemplo. Para MacKenzie, é devido às intensas pressões desses institutos por mudanças nos currículos de história e geografia das escolas que terão início de fato as lições de história imperial nas instituições de ensino, acompanhando um

---

<sup>5</sup> No original: “self-generating ethos reinforcement, a constant repetition of the central ideas and concerns of the age”.

<sup>6</sup> No original: “conscious manipulation on the part of those who controlled the powerful religious, commercial, military, and official agencies”.

movimento que já havia surgido anteriormente nas universidades<sup>7</sup>. A partir daí, percebe-se o papel cada vez mais proeminente da visão de mundo imperial na propaganda e educação de fins do século XIX e começo do século XX.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a historiografia inglesa sofreu modificações semelhantes. Se antes, como afirma John MacKenzie, “os textos de história eram escritos visando única e exclusivamente a elite, com a classe trabalhadora sendo abordada com escárnio e tratada como sendo a principal responsável pelos seus próprios problemas” (1984, p. 176, tradução nossa)<sup>8</sup>, a partir desse período, houve mudanças significativas no tom e na abordagem da historiografia. Difundiu-se uma interpretação da história inglesa na qual o comércio e os negócios eram glorificados, e a história da Inglaterra era vista como o triunfo de uma classe média cujos principais motes eram a liberdade e as reformas governamentais, que engrandeciam o estado inglês e demonstravam sua clara superioridade com relação às outras nações. Mostra clara disso foi a mudança de enfoque dado às figuras militares, antes desprezadas e agora exaltadas como heróis nacionais, como almirante Nelson<sup>9</sup> e o duque de Wellington<sup>10</sup>. Em contrapartida, políticos que de alguma maneira falharam em algum ponto concernente ao império eram execrados e ignorados no panteão de heróis nacionais. Certos temas que trariam algum embaraço para essa linha de raciocínio passaram a ser mais ignorados – como a Guerra Civil americana ou os tempos do tráfico de escravos e da atuação dos piratas –, enquanto patriotismo, militarismo, monarquia e, é claro, a expansão imperial se tornaram temas centrais para essa nova historiografia.

Para além dos temas e objetos abordados, outra mudança crucial concernente ao método e ao tom dessa historiografia aconteceu, ficando mais visível na última década do século XIX e tendo também relação com o esforço imperial. Anteriormente, os escritos de história basicamente eram grandes compêndios de fatos, dados e estatísticas, o que hoje se chama

<sup>7</sup> Para mais sobre a relação entre as sociedades de propaganda imperial e o ganho de importância dos estudos imperiais, ver MacKenzie (1984), em especial o capítulo 6, *Imperial propaganda societies and imperial studies* (1984, pp. 147-72).

<sup>8</sup> No original: “History texts were written only for an elite. In them, the working-class were viewed with scorn, and depicted as largely responsible for their own problems”.

<sup>9</sup> Almirante que comandou a marinha britânica na famosa batalha de Trafalgar, ocorrida em 1805, na qual a Inglaterra venceu a esquadra franco-espanhola num dos duelos mais decisivos das chamadas guerras napoleônicas. Apesar da morte do almirante em batalha, a ameaça de uma invasão napoleônica ao território inglês foi enfim repelida, e Nelson (1758-1805) foi alçado ao panteão dos grandes heróis nacionais.

<sup>10</sup> Arthur Wellesley (1769-1852), primeiro duque de Wellington, comandou os exércitos aliados na vitória da batalha de Waterloo, que acabou de vez com as pretensões expansionistas de Napoleão no continente europeu. Exerceu o cargo de primeiro-ministro entre 1828 e 1830 e depois por um breve período em 1834. Permaneceu comandante-em-chefe do Exército britânico até sua morte.

*événementielle*, uma história factual pobre em termos interpretativos. O trabalho do historiador se resumia a reunir e descrever fielmente os dados encontrados nos documentos oficiais da época, um trabalho imensamente investigativo, mas pouco interpretativo. Segundo MacKenzie,

é contra esta abordagem da História que vários propagandistas do império e autores de livros didáticos e livros voltados ao método do ensino da História se voltaram no fim do século. É nesse momento que uma interpretação ideológica em particular é introduzida nos textos desse tipo (1984, p. 176, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Essa interpretação ideológica buscava exaltar o império, interpretando a história inglesa como uma marcha unívoca em direção a ele, visto como a culminação da história e do desenvolvimento do estado inglês. Uma narrativa única, unidimensional e direcionada, explicava os séculos de história precedente tendo por mote o império tal como existia no século XIX. Os textos atravessados por essa interpretação ideológica imperial, ao contrário dos anteriores, tratavam das colônias unificando-as sob a mesma bandeira da formação e expansão continuadas do império britânico, como se o horizonte final do estado inglês sempre houvesse sido o império desde o início. Uma abordagem teleológica da história passou a vigorar, julgando os personagens a partir das suas contribuições positivas ou negativas com relação ao império. Uma história nesses moldes, pensada por imperialistas para formar imperialistas, teria sua popularidade e sua “veracidade” atestadas à medida que o império inglês se expandisse e se desenvolvesse, algo que de fato aconteceu ao longo do século XIX e no começo do XX. E, em contrapartida, ao formar gerações imbuídas desse *ethos* imperial, cuja principal crença era a da relação vital entre sua nação, seu estado e seu império, com essas três coisas se confundindo e se tornando sinônimos, ficava garantida a manutenção do império com a formação desse exército renovador das forças imperiais. Uma seleção deliberada do passado, orientada pelas demandas do presente. Lecky, Macaulay e Seeley eram os historiadores mais citados nos livros didáticos, e suas obras deixavam claras suas posições ideológicas: a marcha em direção ao estabelecimento do império era o tema central e o clímax da história nacional inglesa. Além disso, a história, ao recuperar as glórias da nação e mostrar seu “destino manifesto”, era vista como antídoto aos problemas políticos da Inglaterra, o principal meio de se alcançar o consenso nacional entre as classes e partidos, permitindo superar momentaneamente os conflitos sociais e políticos que pareciam tomar

---

<sup>11</sup> No original: “It was against this approach that so many imperial propagandists and writers of text books of teaching method railed at the end of the century. It is at this time that a single ideological slant is introduced to all such texts”.

conta do país ao longo do século XIX. Aqui, a definição de Meszáros se faz precisa:

o que se espera das autoimagens da ideologia dominante não é o *verdadeiro* reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, eles devem fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida. É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido (2012, p. 69).

Um aspecto importantíssimo e complementar a essa mudança de abordagem com relação à história inglesa foi algo muito mais subjetivo, que igualmente afetou as gerações de estudantes ingleses de maneira profunda: as indicações dos Conselhos e Ministérios da Educação sobre os objetivos do ensino de história e as estratégias metodológicas e didáticas que deveriam ser adotadas em sala de aula. Inúmeros livros didáticos foram lançados na época, contendo diretrizes específicas aos professores, e muitos desses livros possuíam pontos convergentes: para a maioria, o objetivo principal do ensino de história era inculcar patriotismo e cidadania, além de prover desenvolvimento moral. O ensino de história nesses moldes era crucial para o desenvolvimento das novas gerações, seu aperfeiçoamento como cidadãos imbuídos do espírito de grandeza imperial do país, fornecendo o conhecimento necessário para o desenvolvimento do estado, da nação e de suas instituições no futuro. Esses manuais destinados aos professores aconselhavam a enfatizar lições morais e episódios de demonstração de força por parte de estadistas ingleses, exaltando e difundindo o patriotismo a partir de certas figuras históricas que possuíam em comum uma participação ativa e positiva na formação do império britânico. Especial atenção deveria ser dada, em sala, aos heróis militares, relacionando cada vez mais o sucesso nas guerras com o destino e a grandeza do império. Nacionalismo, imperialismo e militarismo se misturavam nesse *ethos* que exaltava a marinha e o exército ingleses na formação e na defesa do império. Os professores deveriam também buscar inculcar nos estudantes um dever patriótico com relação ao império. Os ganhos auferidos desse esforço eram óbvios: o reforço do sentimento nacionalista e militarista garantiria a participação e a entrada maciça de jovens comprometidos com a causa imperial nas forças armadas. A contínua reiteração das relações intrínsecas entre o estado inglês, o império e as forças armadas formavam o núcleo central do nacionalismo inglês no século XIX, essencial para a manutenção do sentimento imperial entre as massas, ampliando a base social de apoio desse império.

Outros pontos desse *ethos* eram igualmente necessários à justificação e explicação da dominação imperial. Também penetravam

cada vez mais nas salas de aula, como, por exemplo, a questão do darwinismo social e do racismo, temas presentes nas aulas de geografia. Certos livros afirmavam que era dever da geografia aplicar a teoria evolutiva de Darwin ao estudo das sociedades humanas, pautados por uma teoria convencional que discorria sobre a “progressão de sociedades caçadoras e coletoras para as sedentárias e, finalmente, para as industriais, unindo darwinismo social a uma forte dose de determinismo ecológico” (MACKENZIE, 1984, p. 184, tradução nossa)<sup>12</sup>. Um dos exemplos dessa construção ideológica é a visão, típica do início do século XIX, segundo a qual os africanos eram seres infantis e indolentes devido à abundância de recursos naturais no mundo tropical. Sua perpetuação ao longo da primeira metade do século XX se deu em grande parte devido aos esforços desses professores primários e secundários.

A teoria social de Herbert Spencer, surgida em 1850, também já havia se estabelecido nos meios científicos a ponto de influenciar igualmente os textos dos livros didáticos. De acordo com essa teoria, a competição era uma força criadora, e seus resultados poderiam ser vistos já na sua própria época: empresas mais rentáveis engolindo empresas falidas, a sobrevivência de indivíduos mais aptos dentro de uma mesma sociedade, o domínio de nações “civilizadas” sobre povos “bárbaros”. O racismo que advém da ideia de que certas raças seriam ontologicamente superiores a outras e de que essas raças superiores tinham o direito e o dever de exercer domínio sobre as outras, a partir da própria desumanização das raças consideradas inferiores, serve como justificação ideológica da expansão europeia para as terras africanas e asiáticas. Era muito mais fácil e cômodo dominar indivíduos considerados desiguais em relação aos espíritos europeus, que os encaravam como “sub-humanos”.

Peter Gay (1995), no entanto, nos mostra que esse “racismo científico”, influenciado em grande parte pelos estudos da frenologia de Cesare Lombroso e sua teoria do “criminoso nato”, estava longe de ser unanimidade nos meios científicos europeus. O autor discute inclusive a pretensa cientificidade dos argumentos em prol do racismo, apontando para outras teorias científicas da mesma época que, no caminho oposto, argumentavam contra as teorias racistas. Porém, na medida em que o século XIX avançava, o pensamento racista se tornava cada vez mais hegemônico nessas sociedades, penetrando em meios de comunicação como a imprensa, na literatura e no ensino escolar, além de influenciar o desenvolvimento de novas disciplinas acadêmicas, como a sociologia, a antropologia e a etnografia, confirmando assim a explicação de Gramsci

---

<sup>12</sup> No original: “the progression from hunting to pastoral to agricultural and finally industrial societies, larding this Social Darwinism with a strong dose of ecological determinism”.

sobre a “posição de autoridade” influir na adoção de certas ideologias, como também a organicidade e necessidade de determinadas ideologias, apontadas no início desse artigo. Ao se tornar parte importante do discurso ideológico hegemônico, o racismo se desenvolvia concomitantemente aos contatos dos europeus com povos africanos e asiáticos intensificados pela expansão imperialista.

Com o desenrolar do tempo histórico e das diversas mutações nas relações internas do império, em princípios do século XX, outro ponto da ideologia imperial começou a se destacar nos livros didáticos de História e geografia: as questões morais e econômicas concernentes à dominação imperial. Professores eram aconselhados a exaltar o valor econômico e moral do Império, ressaltando a interdependência econômica do complexo imperial britânico e o valor moral dessa dominação, cujas “obrigações” eram sintetizadas na ideia do fardo do homem branco – a noção de que a Europa teria o dever moral de espalhar pelo mundo os seus avanços técnicos, políticos, militares e institucionais. Ao mesmo tempo, a maioria dos livros enfatizava o papel do industrialismo no desenvolvimento britânico e o sua posição de centro do império, apontando para as inúmeras vantagens deste. De maneira mais prática, os livros de geografia enfatizavam o papel econômico de cada colônia, mesmo a menor de todas, no complexo imperial britânico, visando demonstrar a interconexão econômica de suas diversas partes. Além disso, os professores eram incentivados a estimular os interesses dos estudantes no império apontando de que maneira os alimentos ou as roupas consumidas pelos alunos eram feitas a partir de matérias-primas provenientes das colônias. Essa abordagem “cotidiana” do império seria umas das principais estratégias dos professores para atizar a curiosidade dos estudantes e tornar o império algo mais palpável para eles, trazendo-o para a sua realidade. O objetivo implícito aqui permanecia o mesmo: garantir apoio ao império por parte das novas gerações, mas agora enfatizando o lado econômico dessa relação. Essa abordagem do império, ressaltando a interconexão econômica entre a metrópole e as colônias, perdurou até a década de 1940, quando se enfatizavam a autonomia econômica do império e sua autossuficiência no quadro da economia mundial.

Se durante a I Guerra Mundial a Inglaterra assistiu a um surto de nacionalismo imperial e jingoísta<sup>13</sup>, mudanças significativas ocorreram na

---

<sup>13</sup> Jingoísmo é uma doutrina surgida na segunda metade do século XIX, no contexto da expansão imperial, que englobava nacionalismo, belicismo, expansionismo e racismo. Seu nome foi herdado da canção *By Jingo*, composta por G. W. Hunt em 1877, que visava retratar a crise diplomática entre Rússia e Inglaterra do mesmo ano, quando os primeiros ameaçaram tomar Constantinopla, entreposto chave para as rotas do comércio britânico tanto no Mar Negro como no Mediterrâneo. Canção síntese da tradição nacionalista chauvinista do *music hall* britânico, a canção fez muito sucesso na época e será comentada na segunda parte deste artigo.

década de 1930 no âmbito do império, enquanto a abordagem em sala de aula continuava atentando para as conexões econômicas dentro do império. Em dezembro de 1931, foi assinado o Estatuto de Westminster, que garantia a independência política e a igualdade jurídica dos domínios brancos, notadamente Austrália, Canadá e Nova Zelândia, além de instituir certas determinações legais com relação à Comunidade Britânica de Nações [*British Commonwealth of Nations*<sup>14</sup>]. No ano seguinte, a Convenção de Ottawa, no contexto a grande depressão de 1929, estabeleceu tarifas alfandegárias para produtos provenientes de fora do império, dando preferência aos artigos internos. Nesse contexto, de acordo com John MacKenzie<sup>15</sup>, os livros didáticos começam a abordar a instituição da *Commonwealth*, apresentando-a como precursora da Liga das Nações e como um bom exemplo de funcionamento de uma comunidade internacional multiétnica, sem deixar de ressaltar, porém, a interligação econômica entre seus membros. Se a ênfase ao militarismo agressivo do século XIX vinha aos poucos sendo abandonada, a guerra e o esforço militar ainda eram vistos e abordados como vitais para o império, agregando agora outras noções: a guerra, antes vista primordialmente como meio expansivo, agora também se relacionava à própria defesa da nação, com o próprio auxílio das colônias sendo visto como de grande valia. Esse discurso da cooperação militar entre colônia e império, relativamente novo, se repetiu no auge da II Guerra Mundial quando o primeiro-ministro Winston Churchill afirmou que, mesmo se os nazistas lograssem êxito em invadir o território britânico, ele não tinha dúvidas de que o “Império além-mar, armado e protegido pela marinha britânica, iria continuar a luta até que (...) o Novo Mundo agiria para resgatar e libertar o Velho”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> A Comunidade Britânica de Nações é uma organização intergovernamental composta por 53 países-membros independentes. Os estados-membros cooperam num quadro de valores e objetivos comuns, que incluem a promoção da democracia, direitos humanos, boa governança, estado de direito, liberdade individual, igualitarismo, livre comércio, multilateralismo e a paz mundial. A *Commonwealth* não é uma união política, mas uma organização intergovernamental através da qual os países com diversas origens sociais, políticas e econômicas são considerados como iguais em status, tendo como chefe o monarca reinante no Reino Unido, cargo atualmente exercido pela rainha Elizabeth II. Idealizada em fins do século XIX como um órgão capaz de reunir os integrantes mais independentes do império inglês – notadamente os domínios brancos – a partir do pós-1945, passou a servir como ponto de integração e bloco comercial após a onda de independência que varreu o império britânico. Apenas duas ex-colônias não aderiram à *Commonwealth*: Birmânia e Aden. Na década de 1950, a *British Commonwealth of Nations* passou a ser conhecida apenas por *Commonwealth of Nations*, numa clara tentativa de desvinculá-la do seu passado imperial.

<sup>15</sup> Nesse trecho me baseio, em grande parte, nas análises de John MacKenzie (1984, pp. 173-99) no capítulo 7 do seu *Propaganda and Empire*, intitulado *Imperialism and the school textbook*.

<sup>16</sup> Discurso proferido por Winston Churchill na Câmara dos Comuns em 4 de junho de 1940. Disponível em: <<http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of->

MacKenzie (1984) aponta para a permanência dos métodos e abordagens da historiografia do fim do século XIX no período da Segunda Guerra e no imediato pós-1945. Uma historiografia nacionalista e patriótica, comprometida com as histórias de grandes homens e de eventos-chave – em grande parte, guerras coloniais –, componentes da marcha nacional em direção à grandeza imperial, ainda se fazia presente tanto nas salas de aula como nos escritórios de editoras de livros didáticos. A novidade com a qual essa literatura se deparou no período do pós-guerra é as primeiras independências ocorridas no interior do império. Os autores e professores teriam que modificar sua abordagem e suas justificativas ao imperialismo, adaptando-as ao novo contexto internacional, até certo ponto, desfavorável aos impérios nos moldes do britânico. Agora, a dominação imperial era justificada por ter “abolido o tráfico de escravos e por ter introduzido nas relações entre África e Europa noções de administração de recursos e parcerias comerciais, segundo os quais o império podia ser visto como voltado para o bem estar geral de todos os seus subordinados” (MACKENZIE, 1984, p. 192, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Percebe-se que essa historiografia do século XIX – a geração de Seeley e companhia –, que declaradamente assumia seu papel propagandístico com relação ao império, influenciou as gerações posteriores de historiadores e professores, além de permanecer forte dentro do próprio Ministério da Educação, cujos manuais para professores também vinham carregados da visão de mundo imperial do século XIX. Essa visão, adaptando-se às sucessivas mudanças na política do império, sobreviveu até o avançar da década de 1950, quando uma revolução na escrita, na pesquisa e no ensino de História teve lugar na Inglaterra, fato que foge aos propósitos desse trabalho abordar<sup>18</sup>.

O nacionalismo inglês do século XIX – imperial, marcial e racista – difundiu-se na sociedade inglesa a partir de diversos canais de mediação, sendo o principal deles, para a nossa análise, o ensino primário e secundário. Abordamos o material priorizado por John MacKenzie (livros escolares e manuais de professores), que deixa claro a opção deliberada pela visão de mundo imperial, salientando o papel fundamental do ensino na formação intelectual das novas gerações de cidadãos ingleses. A transmissão de dados, valores e ideologias, conceitos específicos, em suma,

---

winston-churchill/1940-finest-hour/128-we-shall-fight-on-the-beaches>. No original: “our Empire beyond the seas, armed and guarded by the British Fleet, would carry on the struggle, until (...) the New World steps forth to the rescue and the liberation of the old”. Tradução minha. Acessado em: 4 jan. 2018.

<sup>17</sup> No original: “The abolition of the slave trade, and the concepts of trusteeship and partnership, by which Empire could be seen to be devoted to the well-being of the subordinate peoples”.

<sup>18</sup> Refiro-me aqui ao grupo de historiadores vinculados ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, conhecidos por *New Left*.

uma tradição herdada e seletiva, tem papel essencial no estabelecimento e na perpetuação dessa nova realidade imperial. A difusão dessas ideias se complementava por diversos outros meios, como as histórias em quadrinhos cujo cenário e enredo se passavam nas colônias, as variadas exposições imperiais que ocorreram na época, os museus e sociedades voltadas para a pesquisa e propaganda do império, a fabricação de itens colecionáveis cuja temática era o império, entre outros. O reforço de estereótipos e valores alimentavam e garantiam a durabilidade dessa visão de mundo imperial, ao mesmo tempo em que garantiam certo consenso político, pois, como apontou Hobsbawm (2009, pp. 93-116), a ênfase no nacionalismo desviava a atração óbvia que os movimentos trabalhista e socialista exerciam nos novos eleitores<sup>19</sup>.

Todas as sociedades que passaram pela experiência imperial, seja na posição de metrópole ou de colônia, encontram-se permanentemente marcadas por esse fenômeno. Tanto nas relações entre as nações como nas relações internas, o imperialismo ainda marca essas sociedades. Fica claro que o nacionalismo imperial foi institucionalizado a partir de meados do século XIX. Imprensa, literatura, ensino e ciência eram os principais meios para a sua difusão entre as classes sociais. Gerações de homens e mulheres na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outras metrópoles imperiais cresceram ouvindo dos pais, lendo nos jornais, aprendendo na escola e lendo na literatura infanto-juvenil que seu país era o centro de um grande império, difusor da civilização entre povos incultos em longínquas paragens no continente africano. Ward (2001, p. 4, tradução nossa) argumenta que, “apesar da população britânica não ter uma noção exata a respeito das particularidades do Império, havia um consenso geral sobre o papel predeterminado da Inglaterra no mundo além-mar”.<sup>20</sup> Na segunda parte deste artigo, trataremos do *music hall* e do melodrama, gêneros populares de entretenimento que misturavam música, dança e teatro, que fizeram muito sucesso entre as camadas populares na segunda metade do século XIX e que possuíam, entre seus principais temas, o imperialismo.

## **2 – Imperialismo e lazer no século XIX: *music hall* e melodrama**

O debate sobre as relações entre o *music hall*, a classe operária e o imperialismo é antigo na historiografia inglesa. Para J. A. Hobson (1901), historiador inglês pioneiro no estudo sobre o imperialismo, que escreve na primeira década dos anos 1900, o *music hall* era um dos principais canais

---

<sup>19</sup> Ver Hobsbawm (2009), em especial o capítulo 3, “A perspectiva governamental” (2009, pp. 93-116).

<sup>20</sup> No original: “While many people never bothered getting to know the particulars of empire, there was nonetheless a broad consensus about a preordained role in the world beyond Britain’s shores”.

através do qual as classes conservadoras manipulavam a classe operária em favor do imperialismo, infectando-a com o jingoísmo belicista da época. Para difundir a ideologia que favorecia o apoio operário à causa imperial, garantindo, assim, a sobrevivência econômica e política da fração monopolista da burguesia inglesa da época, aproveitava-se da atmosfera festiva e de lazer que caracterizava os estabelecimentos que apresentavam aquele tipo de entretenimento.

Nos anos 1970, o tema dos entretenimentos populares voltou à tona. Nesse contexto, outro importante historiador do assunto, Richard N. Price (1972), discutindo a consagrada tese de Hobson, afirmou que este teria mal interpretado o fenômeno do *music hall*. Segundo ele, apesar das demonstrações públicas da classe operária em certos momentos (como as comemorações da vitória na batalha de Mafeking de maio de 1900, conflito central da Guerra dos Bôeres<sup>21</sup>), quem de fato dava seu apoio consciente e ativo ao império eram os membros da classe média. A classe operária seria indiferente ao imperialismo, apenas se manifestando quando a questão do império interferia no seu cotidiano, como na questão do alistamento obrigatório em períodos de alta de desemprego. Nessa abordagem, Price separa patriotismo de jingoísmo, conectando o primeiro, em sua vertente pacifista, aos trabalhadores, e o segundo, mais agressivo e belicista, aos sentimentos das classes médias. Entretanto, a nosso ver, o belicismo característico do imperialismo torna dificultosa a sua separação do patriotismo inglês no século XIX. Outra abordagem recente é a de Lawrence Senelick, que retoma a argumentação de Hobson, fazendo a

---

<sup>21</sup> As guerras dos bôeres foram dois confrontos armados na atual África do Sul que opuseram os colonos de origem holandesa, instalados na região desde o século XVI, chamados de bôeres, ao exército britânico. A Primeira Guerra dos Bôeres, travada entre 1880 e 1881, vencida pelos colonos bôeres, garantiu a independência da república do Transvaal com relação à Grã-Bretanha. Em 1887, é descoberta a maior jazida de ouro do mundo, próxima a Pretória, então capital do Transvaal. Assim, milhares de colonos britânicos passam a fronteira para buscar a riqueza em território bôer. Os líderes britânicos sentem-se cada vez mais propensos a tentar a anexação desses territórios, instalando tropas e colonos nas colônias vizinhas do Cabo e de Natal. Em outubro de 1899, o constante aumento da pressão militar e política britânica incitou o presidente do Transvaal, Paul Kruger, a dar um ultimato exigindo a garantia da independência da república e cessação da crescente presença militar britânica nas colônias vizinhas. Tal atitude foi tomada como inaceitável pelos britânicos, dando início à Segunda Guerra dos Bôeres, travada entre 1899 e 1902. Apesar do maciço apoio alemão às tropas do Transvaal, visando barrar, no contexto da partilha da África, a expansão da dominação britânica na região, rica em minério de diamantes e ouro, desta vez os britânicos foram vencedores, e o destino daqueles que tiveram propriedades e posses arrasadas foram os campos de concentração criados pelas autoridades coloniais. Os bôeres renderam-se por meio do tratado de Vereeniging, recebendo 3 milhões de libras esterlinas em compensação e a promessa de um eventual governo, o estabelecimento da União da África do Sul, em 1910. O tratado extinguiu as repúblicas bôeres e colocou seus cidadãos sob a autoridade do Império Britânico. Essa foi a primeira guerra que colocou frente a frente tropas europeias no teatro africano, impulsionando manifestações patrióticas belicistas em ambos os países.

ressalva de que o *music hall* “contribuiu cada vez mais para a formação da opinião pública sem, no entanto, influenciar diretamente nas atitudes autênticas do público em si” (SENELICK *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 19, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Assim, o debate sobre as relações da classe operária e o *music hall* gerou inúmeras posições. Para John MacKenzie, esse debate rende frutos até hoje pelo fato de o *music hall* ter sido o centro da primeira grande explosão de entretenimento no fim do século XIX. Refletindo o *ethos* imperial dominante da época, abarcou o conjunto das classes com suas apresentações por todo o país. Como já vimos na primeira parte, o nacionalismo inglês – como todos os outros – não pode ser visto como algo monolítico, estanque, inalterado ao longo dos séculos XIX e XX. São perceptíveis períodos de maior intensidade e agressividade – como durante a Guerra Bôer ou a I Guerra Mundial – e períodos de maior calma. Isso fica evidente quando é feita uma análise de longo prazo com relação às manifestações. É notória a maior incidência de temas e personagens bélicos nos espetáculos do início do século XX, como apontam os trabalhos de Penny Summerfield (1986) e John MacKenzie (1984)<sup>23</sup>.

Consenso é a noção de que a existência social influencia diretamente na obra dos artistas, tanto material – definindo os materiais da arte e como esta será produzida – como espiritualmente, sobretudo por meio da ideologia. Eagleton explica didaticamente essa relação ao afirmar que

as obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época. Essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos; é o modo como essas relações de classe são experienciadas, legitimadas e perpetuadas. (...) Portanto, compreender [uma obra de arte] significa, antes de tudo, compreender as relações complexas e indiretas entre essas obras e os mundos ideológicos que elas habitam. (...) Mas também não entenderemos a ideologia a não ser que compreendamos o papel que ela desempenha na sociedade como um todo – como ela consiste em uma estrutura de percepção definida e historicamente relativa que sustenta o poder de uma classe social específica. (...) Para entender uma ideologia, devemos analisar as relações precisas entre as diferentes classes em uma sociedade; e fazer isso significa

---

<sup>22</sup> No original: “it increasingly contributed to the formation of public opinion without drawing on the authentic attitudes of the public itself”.

<sup>23</sup> Cf. Mackenzie (1984, pp. 39-76, cap. 2, *The theatre of empire*).

compreender a posição dessas classes em relação ao modo de produção (2011, pp. 19-21).

O *music hall* surge como resultado de uma confluência de fatores conjunturais: os donos de *pubs* viam no oferecimento de entretenimento uma boa chance de aumentar a venda de bebidas ao manter seu público entretido por mais tempo. Por outro lado, artistas buscavam espaços para se apresentarem e, como os principais teatros da época estavam ocupados por outros tipos de arte, a saída encontrada foi apresentarem-se em espaços mais populares. Ao mesmo tempo, as licenças governamentais para teatros proibiam o consumo de bebida alcoólica e de fumo nos recintos, forçando os proprietários a adequarem seus estabelecimentos para mantê-los em funcionamento, buscando evitar assim a proibição ou a não concessão de alvarás. Na busca por normatizar o espaço público e, principalmente, controlar o lazer popular segundo os moldes da moral conservadora do período vitoriano, o governo inglês acabou delineando as formas de entretenimento a partir da noção de “lazer racional”, que advogava a pertinência intelectual e moral das diversas formas de lazer como forma de educar e controlar “as massas”. Segundo esta noção, todo lazer deveria ter um objetivo dentro desse contexto, o que acabou implicando na valorização do lazer e da arte das classes mais altas e no desprezo/perseguição por vias legais diretas e indiretas aos lazers mais populares, considerados impróprios e imorais<sup>24</sup>.

A inventividade e o interesse privado de alguns indivíduos, somadas à demanda de uma ampla gama da população por entretenimento e lazer, porém, acabaram por encontrar brechas no sistema legal da época. Após um período de intensa vigilância na primeira metade do século XIX, a partir de 1870, muitos proprietários começaram a “burlar” a lei de maneira criativa, incentivando apresentações curtas, em forma de esquetes com dança e música, para fugir da definição de “teatro” imposta pelo governo e das restrições advindas disso (diferente da de “shows de música e dança”, que permitia a venda de bebidas alcoólicas, além de não impor a instalação de assentos fixos, como no caso dos teatros). Assim, surgiram o teatro de variedades, o *music hall* e os *saloons*, três das principais formas de entretenimento popular da Inglaterra vitoriana e eduardiana, caindo em declínio por definitivo apenas no pós-II Guerra. Essas formas de entretenimento perderam espaço para a televisão e para o cinema, grandes novidades do período que ampliavam sua base de consumo.

Nessa busca por escapar das leis parlamentares, esses estabelecimentos acabaram abrigo para os novos entretenimentos, que rapidamente caíram no gosto popular. Na fuga da normatização imposta pelas classes instaladas no Parlamento, a identificação dessas novas

---

<sup>24</sup> Daí, por exemplo, as diversas exigências para a instalação de teatros populares.

formas com as classes operárias foi imediata. No entanto, Penny Summerfield (1986) mostra como, na verdade, os estabelecimentos especificamente operários são apenas uma parte dessa história: muitos outros estabelecimentos colocaram em prática uma política em prol da ampliação do seu público a fim de torná-lo mais heterogêneo quanto às classes que o formavam.<sup>25</sup> Estabelecimentos situados em distritos predominantemente operários implementaram políticas de atrair indivíduos de outras comunidades e de outras classes com o mesmo objetivo. No entanto, apesar do público heterogêneo, por estarem localizados em distritos operários, acabaram por entrar na conta dos estabelecimentos operários, contribuindo para a visão, presente em tantos estudos sobre o tema, do *music hall* como lazer especificamente operário.

Além de buscar atrair membros de outras classes para o estabelecimento a partir dos preços, certas regras foram impostas pelos donos a fim de “agradar” o público de classe média, visto como mais “respeitável”. A proibição de mulheres solteiras no recinto, por exemplo, identificadas preconceituosamente pelos proprietários com a prática da prostituição, servia para esse propósito. Essa heterogeneidade classista nos estabelecimentos resultava num desafio maior para os proprietários e teve grande impacto nos espetáculos apresentados em seus estabelecimentos, posto que deveriam agradar a todos os componentes de uma heterogênea audiência. Assim, percebe-se certo grau de generalização e padronização nos espetáculos e canções executados nesses estabelecimentos que não possuíam uma identidade de classe definida. No entanto, seriam esses estabelecimentos, com maior capital de giro, mais lucros e público mais heterogêneos que, em longo prazo, permaneceriam em funcionamento por mais tempo, ao contrário daqueles nos quais o público era mais identificado com a comunidade operária local.

Em ambos, o conteúdo patriótico e, por consequência, os temas imperiais estavam presentes. A abordagem quanto aos temas variava de acordo com a composição social do público dos estabelecimentos e do tipo de veículo artístico (músicas populares, melodrama ou *music hall*), mas o nacionalismo imperial marcou sua presença em todas as suas formas, principalmente a partir dos anos 1870, com o acirramento da corrida imperial na Ásia e na África. Foram justamente as canções dessa época que estabeleceram uma relação direta do *music hall* com uma espécie de patriotismo operário.

A mais famosa dessas canções certamente é “By Jingo”, escrita por G. W. Hunt em 1877 e apresentada por G. H. Macdermott inicialmente durante a crise de 1877-78, quando da ameaça russa de invasão à capital

---

<sup>25</sup> Política evidenciada, por exemplo, pela diferenciação de preços dos tíquetes de entrada referentes a zonas mais próximas ou mais distantes do palco.

do império turco-otomano, Constantinopla, visando tomar esse importante entrave portuário. Principal acesso ao Mar Negro e ao Mar Mediterrâneo, importante rota para o Oceano Índico e comunicação com o subcontinente indiano, era de interesse inglês que esse porto permanecesse “neutro” sob domínio dos turcos, fora do alcance do poder de qualquer potência europeia.<sup>26</sup> A canção em questão, supostamente escrita em poucas horas, depois de Hunt ter lido uma reportagem matinal que indicava o posicionamento ainda defensivo do governo britânico com relação a algum tipo de intervenção militar na região, tinha o seguinte refrão:

Não queremos entrar em guerra, mas, por jingo, se entrarmos, /  
Nós temos os navios, nós temos os homens, nós temos o  
dinheiro também. / Nós já lutamos contra o Urso<sup>27</sup> antes, e  
enquanto formos britânicos de verdade, / Os Russos não  
tomarão Constantinopla. (HUNT *apud* SUMMERFIELD, 1986,  
p. 25, tradução nossa)<sup>28</sup>

O caso de Macdermott, intérprete da canção, é sintomático no que tange à questão dos preços nos estabelecimentos abordada anteriormente. Macdermott, antes um pedreiro, começou por acaso no ramo do melodrama e foi adquirindo fama ao longo dos anos 1860 e 1870. Na época do lançamento de “By Jingo”, seu salário era um dos mais altos do ramo, sendo improvável que Macdermott se apresentasse em estabelecimentos especificamente operários, com baixos lucros e que, conseqüentemente, pagavam salários mais baixos por apresentações; era mais provável que se apresentasse nos *halls* de classe “mista”, que possuíam maiores possibilidades de pagar o seu cachê – o que em parte refuta a ideia de que o jingoísmo era algo específico da classe operária. Mesmo assim, a canção atingiu enorme sucesso na época: numa certa noite de 1878, Macdermott foi escalado para cinco apresentações diferentes no espaço de cinco horas. Representantes do Partido Conservador citaram versos da música no Parlamento. O jornal *The Times* utilizou parte de seu refrão como manchete. A expressão idiomática “by jingo”, antes uma simples expressão

---

<sup>26</sup> Ironicamente, antes da década de 1870, o Império Turco-otomano era visto na Inglaterra de maneira negativa, como um império ultrapassado, que impedia a independência de povos europeus nos Bálcãs. Como afirma Penny Summerfield (1986), eram precisamente essas sutilezas políticas que passavam em branco no *music hall* do período. O nacionalismo contido nas músicas abordava as complexidades da política internacional de maneira maniqueísta, sempre, é claro, exaltando o papel central da Inglaterra na política mundial e a justiça contida em suas atitudes.

<sup>27</sup> O urso era a representação nacional simbólica do Império Russo, assim como o leão era a do Império Britânico.

<sup>28</sup> No original: “We don’t want to fight, but by jingo if we do, / We’ve got the ships, we’ve got the men, we’ve got the money too. / We’ve fought the Bear before, and while we’re Britons true, / the Russians shall not have Constantinople”.

de surpresa, tornou-se então uma expressão ligada especificamente a assertivas agressivas quanto ao poderio imperial britânico<sup>29</sup>.

É nesse período, em grande parte como consequência da disputa com a Rússia, que se percebe uma mudança com relação à abordagem da questão do império nas canções populares. Antes, enfatizava-se a dominação defensiva da Inglaterra: por anos a nação havia ficado recolhida em seus próprios domínios, sem entrar em conflito com outras grandes potências europeias, ignorando o perigo que a ascensão destas representava para o seu império. Durante os anos 1880, críticas a esse isolamento característico da Inglaterra e à sua dependência com relação às colônias passaram a aparecer cada vez mais nos espetáculos de *music hall*, principalmente nos de base social mista. A corrida pela divisão da África, que culminou no Congresso de Berlim, explicitou a ameaça representada por França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Holanda. Muitas canções exaltavam a alteração da posição defensiva da Inglaterra devido às modificações na geopolítica mundial, como se a Inglaterra tivesse acordado do seu descanso devido às ameaças e reagido a tempo de se defender, com o auxílio dos seus súditos. Na grande maioria dessas canções, segundo Summerfield (1986, p. 29, tradução nossa), as colônias “eram representadas como voluntariamente subservientes. O crescente desejo por independência em muitas delas era completamente ignorado. A união era defendida em termos da superioridade racial dos anglo-saxões”<sup>30</sup>. Além disso, uma ânsia por agressividade, como que para recuperar o tempo perdido pela passividade das décadas anteriores, era visível nessas canções que exaltavam conflitos bélicos e a força do exército inglês, apregoando sua dominação mundial como justa, necessária e merecida. Esse nacionalismo bélico, jingoísta e agressivo caracterizou dali por diante os mais importantes espetáculos de *music hall*.

Por outro lado, um modelo diferente de nacionalismo coexistiu com este em estabelecimentos especificamente operários, onde o melodrama acabou se firmando como principal forma artística. O modelo inglês de melodrama ganhou força a partir das guerras napoleônicas, originando-se nas tradições francesa e alemã ainda de fins do século XVIII, conhecidas pelo seu idealismo ativo, ardor revolucionário, espírito libertário e por sua ênfase na luta pelos direitos dos indivíduos, abertamente contra qualquer tipo de tirania, no espírito das revoluções liberais europeias. Entretanto, segundo MacKenzie, o melodrama inglês era uma

---

<sup>29</sup> Para esses e outros relatos do alcance dessa canção na sociedade inglesa da época, ver Summerfield (1986).

<sup>30</sup> No original: “were presented as willingly subservient. The desire for Independence growing within many of them was completely ignored. Unity was advocated in terms of the racial superiority of Anglo Saxons”.

tradição fortemente não intelectual, onde caracterizações, sutis variações emocionais ou problemas filosóficos não tinham lugar. Enredo simples, sensações físicas e estereótipos eram tudo. O melodrama nitidamente reflete o conservadorismo do teatro inglês do período (...) [pois] copiara dos modelos francês e alemão os elementos mais espetaculares, e omitira o radicalismo apaixonado (1984, p. 44, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Se lembrarmos que, em boa parte do século XIX, a Inglaterra lutou para se proteger das revoluções que grassaram o continente europeu, inclusive encampando o movimento antijacobino e antinapoleônico, e tendo papel ativo na formação da Santa Aliança, por exemplo, entende-se o porquê dessa mudança, tendo-se em conta a conexão do nascente melodrama com o clima político da época.

Nos princípios do século XIX, quando o melodrama ainda se vinculava aos estabelecimentos especificamente operários, as grandes modificações por que passava a sociedade inglesa, como a oposição crescente entre as classes média, alta e os operários e o agravamento da questão social, eram temas recorrentes nos espetáculos, ainda que essa crítica muitas vezes partisse sobretudo do ponto de vista moral, portanto, menos de uma perspectiva política, diferente do que acontecia no melodrama do continente europeu. A partir da segunda metade do século XIX, quando a classe média começa a frequentar estes estabelecimentos com mais regularidade – devido às modificações já apontadas anteriormente –, e com o avanço da expansão imperialista, as temáticas e os tópicos mais recorrentes nos melodramas sofrem uma alteração. A essa altura, a temática das oposições entre as classes cedia lugar à união entre elas diante de uma ameaça maior: “o rajá corrupto, o grotesco fidalgo chinês ou japonês, os negros bárbaros” (MACKENZIE, 1984, p. 45, tradução nossa).<sup>32</sup> Para MacKenzie (1984, p. 45, tradução nossa), “a estereotipação moral do melodrama recebeu uma poderosa coloração racial”.<sup>33</sup> O melodrama se apoiava igualmente numa polarização simplificada entre o “bem” e o “mal”, a “Grã-Bretanha” e o “resto do mundo”. No entanto, a pretensa superioridade britânica advinha, aqui, de algo mais palpável, como as boas qualidades dos homens que formavam o exército imperial, e não de algo abstrato como a “Albion”<sup>34</sup>; a hostilidade

---

<sup>31</sup> No original: “a strongly non-intellectual tradition in which characterization, subtle emotional nuance, or philosophic problems had no place. Plot, physical sensation, and stereotype were all. Melodrama neatly reflects the conservatism of the English theatre. (...) it took from France and Germany the sensational elements and omitted the heartfelt radicalism”.

<sup>32</sup> No original: “the corrupt rajah, the ludicrous Chinese or Japanese nobleman, the barbarous black”.

<sup>33</sup> No original: “the moral stereotyping of melodrama was given a powerful racial twist”.

<sup>34</sup> Albion é como era chamada, no período celta, a parte norte da ilha hoje chamada Grã-Bretanha.

não era direcionada a nenhuma nação específica, mas ao “mal” em geral. O império invadiu o melodrama de maneira fulminante, tornando-se dominante como tema até o seu declínio no começo do século XX, em grande parte devido aos altos padrões de custos impostos pelas modificações legislativas referentes aos estabelecimentos de lazer, que, como vimos, prejudicaram mais diretamente os estabelecimentos da classe operária.

É possível apontar, portanto, algumas sutis diferenças de abordagem entre o *music hall* e o melodrama. No melodrama, parecia haver certo respeito pelos outros povos, tomando-os como injustiçados, visão essa em grande parte resultante da definição da missão inglesa como sendo a libertação desses povos de qualquer tipo de opressão bárbara que seu atraso poderia significar. Injúrias ou humilhações aos dominados eram malvistas, sendo desaconselhadas como desvios de caráter do verdadeiro homem inglês. No *music hall*, essa mesma “libertação” era exaltada, mas, nos estabelecimentos de classe mista, especialmente, essa “libertação” era contrabalanceada pela ênfase em supostas dívidas e obrigações que os povos “libertados” possuíam com a Coroa inglesa a partir de então. Atuações enérgicas, grandes guerras coloniais, figuras conhecidas da marinha e do exército eram continuamente exaltadas em espetáculos que alcançaram grande sucesso de público. Importante notar também o papel indireto da censura nessa situação: temas como a Questão Irlandesa, a reforma legislativa, o cartismo, a família real e controvérsias religiosas e parlamentares em geral eram todos vetados por *lord Chamberlain*<sup>35</sup>. Isso também ajudou indiretamente a impulsionar a proliferação dos temas imperiais, permitidos pelos censores da época.

Como dito anteriormente, com o avançar do século XIX, principalmente após a crise com a Rússia e a Conferência de Berlim, um tom mais agressivo passou a aparecer em grande parte dos espetáculos, também nos melodramas. Agora, a defesa e a exaltação da “passividade” britânica davam lugar a um impulso agressivo que demandava à nação se antecipar aos ataques que poderia sofrer a partir de uma política externa mais ativa e belicosa. E cada vez mais um nacionalismo xenófobo e chauvinista ganhava fôlego nesse contexto, reafirmando a certeza da superioridade britânica perante as outras nações do mundo.

A partir disso, uma enxurrada de canções exaltava feitos individuais de grandes comandantes, generais e almirantes, enaltecendo o papel de cada marinheiro e soldado na expansão do poder imperial. A coesão classista tão almejada perpassava a noção de que todos estariam unidos no

---

<sup>35</sup> Cargo governamental encarregado, dentre outras coisas, de fornecer licenças para os espetáculos culturais a serem realizados nos teatros oficiais do governo, no caso, os do *West End*, além de ser o encarregado para a censura dos espetáculos artísticos.

*front*, inspirados pelo bem maior: a manutenção e expansão do poderio imperial britânico. Os membros das Forças Armadas passaram a ser vistos como operários do império, cumprindo seu papel e contribuindo igualmente para o complexo imperial. Nos versos de uma canção do famoso escritor e defensor do império, Rudyard Kipling (1899 *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 37, tradução nossa): “o filho do cozinheiro – o filho do duque – o filho de um poderoso Conde – / o filho de um proprietário de pub de Lambeth – todos são iguais hoje! / Cada um deles cumprindo seu dever para a nação”<sup>36</sup>.

Aos poucos, os personagens dos espetáculos foram se tornando mais individualizados, desse modo, os compositores buscavam se aproximar ainda mais do público. Os impactos das guerras na vida particular dos homens – o abandono da família, de alguma futura esposa, a distância da terra natal e o contato com indivíduos de outras colônias – eram alguns dos temas apresentados, principalmente no período da I Guerra Mundial – inclusive com forte teor sexista, exaltando a virilidade dos oficiais do Exército e da Marinha ou a atração sexual exercida por eles sobre as mulheres inglesas. Elas só apareciam como a mãe que chora pelo filho ou a esposa que espera o retorno do marido. A exaltação da guerra como o auge da masculinidade, como obrigação moral dos cidadãos e um dever intrínseco a todos os nascidos em solo inglês era o mote desses espetáculos. Sua ajuda à causa imperial – ainda que não fosse um objetivo declarado conscientemente pelos compositores – é inegável.

É importante notar, contudo, que essa não era a única abordagem da guerra nos entretenimentos populares. Uma veia cômica também se valia desses grandes problemas que afetavam a classe operária para caçoar da situação e reagir com bom humor ao alistamento obrigatório. Numa canção resposta a “By Jingo”, intitulada “I Ain’t a Briton True”, e que trazia interessantes críticas a todo um complexo de instituições que eram percebidas como interessadas na guerra, podemos perceber essa veia explicitamente:

Os jornais falam do ódio Russo / dos seus sinais de ambição / é claro que eles querem uma guerra porque / isso faz os jornais venderem mais. / Deixe que todos os políticos / que desejam ajudar os Turcos / que eles mesmos coloquem os uniformes / e vão e façam o trabalho. / Eu não quero lutar / eu serei destroçado se for, / eu mudarei meus trajes, venderei meus equipamentos de guerra, / eu arrebentarei meu rifle também, / Eu não gosto da guerra, eu não sou um britânico de verdade / e eu deixarei que os Russos conquistem Constantinopla.

---

<sup>36</sup> No original: “Cook’s son – Duke’s son – son of a belted Earl – / son of a Lambeth publican – it’s all the same today! / Each of ‘em doing his country’s work”.

(PETTITT, 1878 *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 39, tradução nossa)<sup>37</sup>

Políticos, barões da mídia: uma ampla gama de indivíduos é ironizada nessa canção. Interessante também perceber que, apesar da crítica, algo mais se encontra aqui: de forma irônica ou não, ser um britânico de verdade, para o autor da canção, significava apoiar a aventura imperialista em Constantinopla, o que só reforça nosso argumento sobre a predominância e a força da ideologia imperial no nacionalismo inglês.

Em “Conscientious Objector’s Lament”, de Alfred Lester, feita durante a Guerra do Sudão (1882-1898), uma ironia e uma certa covardia ficam ainda mais óbvias: “Chame os rapazes da Velha Brigada / que fizeram a Inglaterra livre. / Chame a minha mãe, a minha irmã e meu irmão / mas pelo amor de Deus não me mandem para lá” (LESTER *apud* SUMMERFIELD, 1986, p. 40, tradução nossa)<sup>38</sup>.

Para Summerfield,

o fio condutor dessas canções era o fato de que o poder da Inglaterra é justificado e a guerra era correta, mas ainda assim havia humor no compreensível desejo de evitá-la. Muitas das canções mais populares entre as tropas em entrepostos tanto no Império como em Flandres durante a I Guerra Mundial, celebraram e consolaram soldados e marinheiros simples de uma maneira não muito diferente, tratando o patriotismo mais com humor do que com os sentimentos mais sérios característicos das canções jingoístas (1986, p. 40, tradução nossa)<sup>39</sup>.

### 3 – Conclusão

Ao apresentar exemplos de como a ideologia imperial penetrou os entretenimentos populares e a arte inglesa do século XIX, tentamos mostrar que, longe de permanecer imutável no tempo, a questão do nacionalismo imperial sofreu diversas mudanças quanto às abordagens ao longo dos séculos XIX e XX. A principal delas teria sido o abandono da

---

<sup>37</sup> No original: “Newspapers talk of Russian hate / of its ambition tell, / of course they want a war because / it makes the papers sell. / Let all the politicians / who desire to help the Turk / put on the uniform themselves / and go and do the work. / I don’t want to fight / I’ll be slaughtered if I do, / I’ll change my togs, I’ll sell my kit, / I’ll pop my rifle too, / I don’t like the war, I ain’t a Briton true / and I’ll let the Russians have Constantinople”.

<sup>38</sup> No original: “Call out the Boys of the Old Brigade, / who made old England free. / Call out my mother, my sister and my brother / but for God’s sake don’t send me”.

<sup>39</sup> No original: “the keynote is that England’s power is justified and war is right, but that there is humour in the understandable desire to avoid it. Many of the songs popular with the troops both in outposts of Empire and also Flanders in the First World War, celebrated and consoled ordinary soldiers and sailors in a not dissimilar way, treating patriotism with humour rather than with the serious sentiment characteristic of jingo songs”.

mensagem de que o objetivo do poderio britânico era a liberdade. Ao invés disso, o virtuoso homem a serviço britânico era, ou um jingo carregando nos ombros as responsabilidades do Império, como nos esquetes dos anos 1880 e 1890, ou um herói bem-humorado das canções patrióticas cômicas dos anos 1900 e da Primeira Guerra Mundial (SUMMERFIELD, 1986, p. 42, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Visivelmente, apesar das mudanças de abordagem, a questão da necessidade da guerra em si não era questionada. Fosse pela veia mais séria, fosse pela veia humorística, a realidade da guerra tornou-se um fato aparentemente inquestionável. Outra realidade não era levada em consideração. O conteúdo classista dessas diferentes abordagens também salta aos olhos: na maioria das vezes, as atitudes mais agressivas partiam de espetáculos voltados para públicos de classe média e alta, justamente naqueles estabelecimentos de base social mista que conseguiram sobreviver à virada do século XIX.

Todo este cenário é resultado indireto do esforço propagandístico de difusão de uma determinada modalidade de nacionalismo que envolvia um militarismo expansionista e belicoso, coerente com as necessidades do capitalismo britânico a partir da segunda metade do século XIX. A coesão social na Inglaterra imperial era cimentada por uma ideologia imperial abrangente, da qual este determinado nacionalismo era uma de suas manifestações mais visíveis. Mas não era a única. Apesar do esforço em inculcar determinados valores desde a mais tenra idade, como mostrado na primeira parte do artigo, a partir do ensino escolar, na prática, estes valores seriam ressignificados pelas classes a partir de seu posicionamento social e de sua relação com o empreendimento imperial. A agência da classe trabalhadora se fez sentir em sua relação controversa com o império: longe de consistir em um apoio genuíno e apaixonado, esta relação se mostrou muitas vezes frágil e falsa. O oposto do que pretendiam os professores da época.

### ***Referências bibliográficas***

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud – O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

---

<sup>40</sup> No original: “the message that the goal of British power was freedom. Instead the virtuous British serviceman was either a jingo shouldering responsibilities of Empire in sketches and revues of the 1880s and 1890s or he was a humorous hero in comic patriotic songs of the 1900s and the First World War”.

- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- HOBSON, J. A. *The psychology of Jingoism*. Londres: [s.n.], 1901.
- HUNT, G. W. *Macdermott's War Song*. Londres: [s.n.], 1875.
- KIPLING, Rudyard. *The absent-minded beggar*. Londres: [s.n.], 1899.
- LESTER, Alfred. *Conscientious objector's lament*. Londres: [s.n.], 1880.
- MACKENZIE, John M. *Propaganda and empire: the manipulation of British public opinion (1880-1960)*. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- MESZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PETTITT, Henry. *I ain't a Briton True*. Londres: [s.n.], 1878.
- PRICE, Richard. *An imperial war and the British working class: Working-class attitudes and reactions to the Boer War 1899-1902*. Londres: 1972.
- SENELICK, Laurence. *Politics as entertainment: Victorian music hall songs*. Londres: Routledge, 1975.
- SUMMERFIELD, Penny. "Patriotism and empire: Music Hall entertainment, 1870-1914". In: MACKENZIE, John M. (Org.) *Imperialism and popular culture*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- WARD, Stuart (Org.). *British culture and the end of empire*. Manchester: Manchester University Press, 2001.

Como citar:

ALENCAR, Thiago Romão de. Ensino de história e cultura popular numa nação imperial: o caso da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 64-88, nov. 2019.

Data de envio: 6 jan. 2018  
Data de aceite: 9 maio 2018